



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**CRESCIMENTO E DESIGUALDADE SOCIAL: PRINCIPAIS**  
**CARACTERÍSTICAS DO MILAGRE ECONÔMICO DE**  
**1967-1973**

ANA CLARA LOPES MACIEL

Mariana – MG

2022

ANA CLARA LOPES MACIEL

**CRESCIMENTO E DESIGUALDADE SOCIAL: PRINCIPAIS  
CARACTERÍSTICAS DO MILAGRE ECONÔMICO DE  
1967-1973**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Faria Silva

Mariana – MG  
UFOP / ICSA / DEECO  
2022

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M152c Maciel, Ana Clara Lopes.

Crescimento e Desigualdade Social [manuscrito]: principais características do Milagre Econômico de 1967-1973. / Ana Clara Lopes Maciel. - 2022.

44 f.

Orientadora: Profa. Dra. Fernanda Faria Silva.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências Econômicas .

1. Desenvolvimento econômico. 2. Economia do desenvolvimento. 3. Igualdade. 4. Justiça social. I. Silva, Fernanda Faria. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.1

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador  
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Clara Lopes Maciel

“Crescimento e Desigualdade Social: principais características do Milagre Econômico de 1967-1973”

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas

Aprovada em 27 de Outubro de 2022

### Membros da banca

Profa. Dra. Fernanda Faria Silva- Departamento de Economia da Universidade Federal de Ouro Preto (DEECO-UFOP)  
Prof. Dr. Paulo Roberto de Oliveira - Departamento de Economia da Universidade Federal de Ouro Preto (DEECO-UFOP)  
Mestre em Economia Aplicada Jordana Ferreira da Silva

Fernanda Faria Silva, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 05/11/2022.



**SUPERIOR**, em 27/10/2022, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0419204** e o código CRC **79CBFCBD**.

---

**Referência:** Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.014754/2022-58

SEI nº 0419204

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163  
Telefone: (31)3557-3835 - [www.ufop.br](http://www.ufop.br)

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à Universidade Federal de Ouro Preto e a todo o corpo docente do Departamento de Ciências Econômicas pela oportunidade que me foi concedida em poder usufruir de uma educação pública de qualidade e excelência no ensino, ter encontrado a UFOP em meu caminho foi uma experiência absurdamente engrandecedora em todos os aspectos possíveis.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Fernanda Faria Silva. O trajeto percorrido não foi fácil e sua paciência e dedicação fizeram toda a diferença. Agradeço também ao Prof. Dr. Paulo Roberto de Oliveira e à Ma. Jordana Ferreira de Silva por terem aceitado o convite de participar desta banca e contribuído significativamente para a versão final deste trabalho.

Meus sinceros agradecimentos à minha família, por terem sido meu alicerce, e aos amigos, especialmente Bruno Nicácio Cassimiro e Isadora da Silva Souza, por todos os momentos de apoio e cooperação mútua durante todos esses anos. Ao Floki, meu melhor amigo, por ter sido meu suporte inúmeras vezes, mesmo sem saber.

Por último, mas não menos importante de forma alguma, serei eternamente grata a uma das melhores pessoas que tive a sorte de encontrar na vida, José Pretti Neto, por ter sido meu apoio emocional praticamente desde o início da graduação e, principalmente durante a reta final, não ter parado de acreditar em mim quando nem eu acreditei. Você foi essencial em incontáveis momentos, jamais me esquecerei disso. Muito obrigada!

*“But you know that when the truth is told*

*That you can get what you want or you can just get old...”*

*(Billy Joel)*

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>1 OS ANTECEDENTES DO MILAGRE ECONÔMICO (1967-1973): UM BREVE RESGATE DOS PRINCIPAIS ELEMENTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E INSTITUCIONAIS</b>	<b>11</b>
1.1 O cenário político dos anos 1960	11
1.2 As estratégias de políticas sociais e educacionais	13
1.3 Estratégias de políticas econômicas, financeiras e cambiais: as reformas institucionais do PAEG	18
1.3.1 O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)	18
1.3.2 A reforma salarial do PAEG	21
1.3.3 O PAEG pavimentou o caminho para o Milagre?	23
<b>2 AS CARACTERÍSTICAS DO MILAGRE ECONÔMICO (1967-1973)</b>	<b>25</b>
2.1 A cronologia dos eventos no cenário econômico brasileiro	25
2.2 Contexto Econômico	26
2.2.1 Evolução das taxas de inflação	27
2.2.2 A estrutura de financiamento interna e o papel dos setores público e privado	28
2.2.3 Estratégias de industrialização	29
2.3 A economia brasileira frente ao cenário econômico externo	30
2.3.1 A política de incentivo às exportações	30
2.3.2 Investimentos estrangeiros e a dívida externa	32
<b>3 OS CONTRASTES DO MILAGRE ECONÔMICO: DO CRESCIMENTO ECONÔMICO AO AUMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL</b>	<b>35</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>39</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre o tema “*Crescimento e Desigualdade Social: principais características do Milagre Econômico de 1967-1973*”, o qual, apesar de ter sido bastante discutido ao longo da história brasileira, especialmente no âmbito político-econômico e social, ainda se mostra pertinente nos dias atuais. Esta pertinência se deve ao fato de que novos elementos surgem a este debate e, neste sentido, não deixam dúvidas de que qualquer apologia a um “milagre econômico” deve ser qualificada com cautela, tendo em vista que a distribuição de renda e do “progresso” não se deu de forma equânime, principalmente para as classes sociais mais desfavorecidas.

Nesse sentido, a importância da análise do Milagre Econômico para o entendimento dos desdobramentos políticos, socioeconômicos, produtivos-setoriais e até mesmo conjunturais para a economia brasileira ainda mostra-se relevante, mesmo após 60 anos. Sob o ponto de vista econômico, os períodos subsequentes ao Milagre (1967-1973) – tidos como de profundas transformações – foram cruciais para se estabelecer novas relações de cunho estrutural. Isso pode ser verificado por mudanças institucionais importantes, advindas da necessidade de maior coordenação entre a política macroeconômica de comércio exterior e industrial.

Uma das dimensões das mudanças observadas refere-se às reformas estruturais do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), com as quais novas institucionalidades e a ampliação da estrutura de financiamento interna brasileira puderam ser criadas e ou reorganizadas. Por exemplo, tem-se a implantação e a consolidação da estrutura de financiamento agrícola via Sistema Nacional do Crédito Rural (SNCR), do crédito imobiliário – via Sistema Financeiro da Habitação (SFH), entre outras, em termos educacionais e industriais, como a implementação do Sistema S<sup>1</sup>, por exemplo.

Nota-se que as mudanças estruturais invocadas especialmente após o Plano de Metas fizeram com que existisse um estreitamento maior entre as políticas de indução ao setor produtivo e a política econômica. Uma das medidas mais claras dessa interrelação refere-se

---

<sup>1</sup> O Sistema S é representado por um conjunto de nove instituições corporativas de direito privado – Sebrae, Senai, Senac, Senar, Senat, Sesc, Sescop, Sesi e Sest – que defendem os interesses de determinadas categorias profissionais.



ao maior atrelamento da política cambial para fins de indução ao setor produtivo, por exemplo, a fim de incentivar a formação de reservas via *drive* exportador por meio das minidesvalorizações cambiais (Abreu, Resende & Lago, 2014; Carneiro, 2002). Também não se pode deixar de destacar que os desdobramentos econômicos se passam em um cenário de choques externos (vide os choques do petróleo nos anos 1970 e o aumento da *prime rate* americana) e os seus impactos no agravamento do processo de aumento da dívida externa, afetando a sua magnitude e escala, valores e prazos de negociação (Cruz, 1993).

A dimensão econômica da análise é importante e não se esgota à política cambial e ao endividamento externo; desta forma, outros fatores serão considerados no decorrer deste trabalho, tais como questões sociais, industriais, educacionais e trabalhistas. Compreender os desdobramentos do Milagre Econômico requer uma análise mais ampla, dada a complexidade do período (sob o ponto de vista interno e externo) e pela necessidade de se considerar mais detidamente os elementos sociais e institucionais.

Esta monografia objetiva avaliar os determinantes das mudanças estruturais do Milagre e as consequências implicadas, com ênfase na economia, mas também nas questões sociais e institucionais deste processo. O desafio é compreender as características e relações entre o *boom* de desigualdade social e os índices de concentração de renda percebidos em um dos períodos de maior crescimento da economia brasileira dos últimos 60 anos, a partir de uma revisão da literatura recente sobre o tema. Para isso, parte-se do primeiro plano econômico do regime militar implantado após o golpe de abril de 1964, o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG); a partir daí foram estruturadas as reformas que serviram como um dos principais pilares do que foi considerado o “Milagre Econômico”, caracterizado pelo aumento significativo do Produto Interno Bruto (PIB) e pela redução da inflação.

Apesar de ser um período aparentemente de grande crescimento para a economia brasileira – se considerarmos pela lógica econômica pautada no aumento do PIB – grande parte dos trabalhadores não obteve qualquer ganho relevante com o crescimento da renda no período, confirmando a afirmação do ex-presidente militar Emílio Garrastazu Médici de que “a economia vai bem, mas o povo vai mal<sup>2</sup>”. Este fato nos leva a pensar sobre a estruturação da distribuição de renda e os efeitos posteriores subsequentes à época.

---

<sup>2</sup> Declaração publicada na Revista Visão (1974).

Outro fator importante para acentuar a desigualdade do período foram os impactos macroeconômicos no poder de compra das pessoas, especialmente as mais vulneráveis. Devido às pressões inflacionárias, principalmente relacionadas a custos e demanda (e a não recomposição salarial deste aumento de preço), foi possível observar uma redução do poder de compra da população, também relacionada ao arrocho salarial advindo de reformas propostas pelo PAEG, reduzindo os níveis do salário real.

Apenas uma pequena parcela da população foi beneficiada com o crescimento econômico promovido pelos processos que caracterizaram o Milagre (Souza, 2016). Sendo assim, a população em geral sofreu com o agravamento da desigualdade social acentuado pela má distribuição de renda. Além disso, o crescimento observado no período se relaciona com os incentivos ao financiamento externo e a elevação da dívida externa, posteriormente, acarretando também na elevação das taxas de inflação, gerando problemas para os futuros governos que tiveram que lidar com inúmeros projetos de tentativas de estabilização<sup>3</sup>.

Partindo desta breve contextualização, este trabalho estará dividido em 3 capítulos, para além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte será realizada uma contextualização histórica a partir do resgate de elementos políticos, econômicos, sociais e institucionais, de forma a estabelecer os antecedentes do Milagre Econômico. No segundo capítulo serão apresentadas as características do Milagre, bem como a definição de suas implicações. O terceiro será dedicado aos contrastes observados à época, no que se refere ao crescimento econômico e o aumento da desigualdade social. Por fim, seguirão as considerações finais, seguidas das referências bibliográficas.

---

<sup>3</sup> De acordo com (Netto, 2014), entre os anos de 1974 e 1979 a dívida externa brasileira cresceu mais de US\$ 36 bilhões. No início do governo Geisel (1974), o país pagava US\$ 600 milhões de juros por ano. No primeiro ano do governo Figueiredo (1979) a taxa de juros internacionais chegou em US\$ 4,2 bilhões. Na década de 1980 foi possível observar perda de qualidade e eficiência nos serviços em áreas como saúde, educação e previdência social, decorrentes do crescimento populacional e da falta de investimentos.

# **1 OS ANTECEDENTES DO MILAGRE ECONÔMICO (1967-1973): UM BREVE RESGATE DOS PRINCIPAIS ELEMENTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E INSTITUCIONAIS**

O objetivo deste capítulo é apresentar os principais elementos que caracterizam os antecedentes do Milagre Econômico e que ajudam a entender os seus determinantes. Para tal propósito, o capítulo foi dividido em três seções e seus subtópicos que contemplam os cenários político, econômico, institucional e conjuntural do período. Na primeira parte, o contexto político é abordado de forma a explicitar o cenário brasileiro nos períodos antecedentes ao regime militar; na segunda parte, as estratégias de políticas educacionais e sociais são analisadas; e, por fim, na terceira parte, é realizada uma análise mais aprofundada sobre o Programa de Ação Econômica do Governo de modo a estabelecer o patamar em que a economia brasileira se encontrava no período pré-Milagre.

## **1.1 O cenário político dos anos 1960**

Em janeiro de 1961, Jânio Quadros assumiu a presidência e, em seu discurso de posse, apontou a situação financeira que o governo anterior havia deixado: déficit público e no Balanço de Pagamentos, dívida externa girando em torno de 3 bilhões de dólares e uma taxa de inflação crescente. Nesse sentido, os primeiros meses de seu mandato foram marcados pela aplicação de um plano de estabilização tal como defendia o Fundo Monetário Internacional (FMI) – plano este que entraria em colapso posteriormente, no dia 25 de agosto de 1961, quando Quadros anunciou sua renúncia ao cargo presidencial.

Neste cenário, segundo a Constituição Brasileira, o vice-presidente João Belchior Marques Goulart deveria assumir o cargo deixado por Jânio Quadros. Contudo, os ministros militares general Odilon Denis, almirante Silvio Heck e brigadeiro Grun Moss lançaram um Manifesto à Nação, se contrapondo à posse de Goulart. O Congresso Nacional, então, encontrou a solução para este impasse na implementação de um sistema parlamentarista: “retiravam-se todos os poderes pessoais do Presidente: reinaria, mas não governaria” (Melo; Bastos; Araújo; 2020). Este sistema de governo foi reflexo de uma significativa crise política, perdurando do mês de setembro de 1961 a janeiro de 1963. Foi a única experiência desta

natureza da República Brasileira e representou um momento de intensa instabilidade política, além da ascensão do movimento social brasileiro.

“Ao assumir o governo em setembro de 1961, a economia brasileira entrava no seu inferno astral. Sitiada pela conjuntura sócio-econômica, na qual a guerra fria exacerbava as relações internacionais do Brasil, no plano interno a elite udenista não esquecia o passado do Presidente ungido e este não podia dizer para a sociedade que esquecesse seu passado trabalhista.”  
(Melo; Bastos; Araújo; 2020, p. 2)

Uma das características principais dos governos brasileiros no período pós-guerra até o Governo João Goulart foi a adoção de políticas de substituição de importações. O processo de industrialização e, conseqüentemente, de superação da crise econômica, demandava reformas estruturais para que fosse possível otimizar a distribuição de renda e ampliar o mercado consumidor, apesar de promover a desaceleração dos níveis de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Em termos de política econômica externa, sob a influência do parlamentarismo, pode-se apontar três eventos marcantes para o contexto brasileiro: (i) abandono dos esforços em torno da unificação cambial; (ii) negociação do Acordo Internacional do Café; e (iii) a aprovação da chamada Lei de Remessa de Lucros – que impacta (e limita) os fluxos de capital entre o Brasil e outros países. No que se refere à política cambial, é importante citar a elevação das intervenções no mercado de divisas por parte das autoridades monetárias, o que resultou na retomada do controle da taxa de câmbio do mercado pelo Banco do Brasil – assim como no governo JK – para que as pressões inflacionárias não fossem exacerbadas (Melo; Bastos; Araújo; 2020).

Além disso, a continuidade da prática de uma política externa independente pelo Ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, foi uma medida que não apresentava benefícios para os Estados Unidos. Sendo assim, a partir da ocorrência de uma série de fatores que desagradava o governo americano, o país resolveu investir ativamente no financiamento de políticos e de grupos conservadores brasileiros, tais como os grupos Ibes (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática).

Em meados de 1962 foi anunciado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, coordenado por Celso Furtado, então Ministro Extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico. Em conjunto, o governo Jango expôs suas estratégias de política econômica para o restante do mandato, prevendo a volta do presidencialismo no início do ano de 1963. O Plano Trienal se apresentava como uma proposta de combate à aceleração dos níveis de inflação e de deterioração externa, contudo, eram necessárias medidas de reorganização dos padrões de consumo e produção e de contenção de demanda. Estas medidas encontraram dificuldades para serem aceitas pelas bases sindicais e parlamentares, o que resultou, posteriormente, no abandono do Plano e no enfraquecimento significativo do governo no final de 1963 e no ano de 1964.

Neste cenário, grupos conservadores se mostravam insatisfeitos e o viam com extrema desconfiança. Para além desta insatisfação, o governo dos Estados Unidos – em um contexto de Guerra Fria – também via como oposição o governo brasileiro, por considerar Goulart “muito à esquerda” politicamente, o que levou ao início do financiamento às movimentações golpistas no Brasil.

## **1.2 As estratégias de políticas sociais e educacionais**

De acordo com Eduardo Fagnani (1997), pode-se apontar o caráter regressivo como a principal característica do padrão de financiamento das políticas sociais presentes em um regime autoritário, sendo possível observar, essencialmente, na prevalência de fontes parafiscais e auto-sustentáveis, bem como na utilização restrita de recursos de natureza fiscal. Seguindo esta lógica, tais premissas básicas foram mantidas durante o regime autoritário militar brasileiro, após 1964. Dessa forma, implica-se que a regressividade do padrão de financiamento impacta em áreas da sociedade tais como: (i) setores de habitação e saneamento; (ii) componentes do complexo previdenciário; (iii) setores de saúde pública, suplementação alimentar e transporte coletivo urbano; e (iv) setor educacional.

No que se refere ao plano econômico, houve um movimento de centralização do processo decisório, impulsionado principalmente pelas reformas institucionais implementadas no período entre 1964-1967, segundo Fagnani (1997), com objetivo de centralizar o controle

de autoridades econômicas federais e expandir as bases de financiamento da economia brasileira, seguindo os parâmetros da chamada “modernização conservadora” (Tavares & Assis, 1985). É possível inferir que tais objetivos supracitados foram alcançados a partir das reformas tributárias, administrativas e financeiras impostas pelo governo, explicitadas abaixo:

- A **reforma tributária** “foi um dos pilares do federalismo centralizado vigente nesse ciclo autoritário” (Fagnani, 1997) e tinha o objetivo de aprimorar a arrecadação tributária, além de incentivar uma redução nos gastos públicos e ampliar a poupança interna. Nesse sentido, a partir do lançamento de títulos com correção monetária e cambial, promoveu mudanças na forma de financiamento do setor público; instituiu o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e o Imposto de Renda (Lei 4357/1964); implantou mecanismos de reajustes pautados em inflações anteriores com o objetivo de correção de impostos; entre outros.
- A nova estrutura proposta pela **reforma financeira** se relaciona com a correção monetária promovida pelo PAEG e foi importante para o financiamento do Tesouro Nacional e para o investimento privado. Além disso, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), pode ser citado como um exemplo advindo da reforma financeira, visto que representa “um dos mais expressivos instrumentos de centralização de poder da política social dessa fase” (Fagnani, 1997).
- Em relação à **reforma administrativa**, observa-se que esta possibilitou a ampliação e expansão das empresas públicas a partir da obtenção de maior autonomia e agilidade em comparação ao sistema tradicional, representando um processo significativamente intenso no âmbito federal que impactou diretamente o aparato da política social.

“A centralização das políticas sociais materializou-se, assim, na criação de complexas agências burocráticas federais, portadoras de expressivos recursos de poder, que passaram a formular, implementar e gerir políticas setoriais de corte nacional e a controlar fundos financeiros de magnitude considerável. Os principais exemplos setoriais são o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), o SFH e o Sistema Financeiro do Saneamento (SFS).” (Fagnani, 1997)

De acordo com Carlos Langoni<sup>4</sup> (1973), a análise dos efeitos redistributivos relacionada às alterações na composição educacional da força de trabalho deve receber atenção especial, visto que a educação é a variável mais importante para explicar o aumento de concentração observado entre 1960 e 1970, bem como as diferenças nos níveis individuais de renda. Em conjunto com variáveis como alocação setorial e regional da força de trabalho, faixa etária e gênero, a composição educacional seria um fator determinante para a distribuição de renda no país.

“A conclusão mais importante é de que as mudanças clássicas que acompanham o processo de desenvolvimento econômico levam a um aumento nos índices agregados de concentração sem que seja possível atribuir-lhes qualquer sentido de piora de bem-estar: este é o caso típico do fluxo de mão-de-obra deixando as regiões e setores cuja renda real é relativamente mais baixa, da entrada de jovens e mulheres, e principalmente da melhoria educacional da força de trabalho.” (Langoni, 1973, p. 35)

Nesse sentido, a acumulação de capital humano através da educação é indispensável para a consolidação do processo de desenvolvimento econômico de um país, além de benefícios no que se refere ao ponto de vista social. O incentivo para que uma firma particular invista na educação de seus empregados, então, estaria diretamente ligado aos benefícios futuros decorrentes desse investimento, a partir da elevação do grau de especialização dos trabalhadores em relação às necessidades da empresa.

Em suma, a participação do governo nos investimentos em educação se justificam a partir das divergências entre benefícios sociais e privados, apesar do foco em instrução de caráter mais geral. Além disso, se o produto da educação formal não for estritamente específico e, na medida em que o processo de produção de tecnologia se intensifique, as empresas devem ser capazes de compatibilizar a oferta de mão-de-obra aos diferentes níveis de instrução advindos da educação formal – a partir de investimentos do governo – considerando as especificidades de cada setor.

---

<sup>4</sup> Langoni foi o primeiro brasileiro a obter o doutorado em Economia na Universidade de Chicago, em 1970. Iniciou o debate sobre a relação entre crescimento, educação e distribuição de renda no Brasil.

A longa ditadura civil-militar (1964-1985) rompeu com a linha de desenvolvimento econômico e educacional nacional implementada anteriormente no período 1950-1964, se considerada a interrupção de vários projetos, campanhas e programas de educação popular, tais como: a Campanha “De pé no chão se aprende a ler”, o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Centro Popular de Cultura (CPC), entre outros (GOÉS, 1985). Dessa forma, o âmbito educacional, de acordo com Paula H. Citadino (2021), foi foco de reformas significativas: a reforma da educação básica (Lei nº 5.692/1971) e a reforma na educação superior (Lei 5.540/1968).

“O efeito ideológico dessas reformas sobre o ideário do capital humano é que se desloca o problema das desigualdades de classe social para a desigualdade educacional e com isso se passa a ideia de que a superação daquela desigualdade se dá pela educação. Ao final dos 20 anos de ditadura, a desigualdade educacional continuou e a de classe se aprofundou.” (FRIGOTTO, 2005, p. 229)

Um fator importante a ser ressaltado são os acordos celebrados entre a Agência dos Estados Unidos e o Ministério da Educação brasileiro (acordos MEC-USAID) com o objetivo de intensificar o Desenvolvimento Internacional. Essa formulação contribuiu para que os movimentos de cultura popular e de educação presentes nos anos 1960, citados anteriormente, fossem encerrados e tiveram impactos nos diferentes níveis de ensino, além de atingir a elaboração de livros didáticos e a formação de professores. Dessa forma, observa-se que o auge do processo de desnacionalização da educação brasileira ocorreu durante o governo Castello Branco, entre 1964 e 1967 (GOÉS, 1985).

Estabelecendo uma linha do tempo, podemos ressaltar os seguintes eventos como determinantes no que se refere à política educacional brasileira imposta durante o período do regime militar, segundo Citadino (2021): no ano de 1964, através de um decreto-lei, o Governo Federal proíbe a existência e a atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE); a seguir, em 1967, houve a regulamentação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), por meio da Lei nº 5.379, em substituição aos programas educacionais populares existentes anteriormente; em 1968 ocorre o fórum “A educação que nos convém”, organizado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) com o objetivo de propor que



a escola elementar ou primária preparasse os estudantes para atividades práticas e o ensino secundário ou médio formasse trabalhadores para atender o projeto de desenvolvimento econômico do país (Cunha, 2012), além da implementação da reforma universitária (Lei nº 5.540); mais adiante, em 1971, ocorre a implementação da reforma nos ensinos de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692). Observa-se, ainda, que essa tendência estende-se por todo o período do regime militar.

“A educação, no decorrer do período que vai de 1964 a 1985, relacionou-se à repressão, à privatização do ensino, à exclusão de grande parcela das classes populares do ensino público de boa qualidade, à institucionalização do ensino profissionalizante, à desmobilização do magistério pela via de uma legislação educacional complexa e contraditória e ao tecnicismo pedagógico.” (Jacomeli, 2010, p. 2)

De acordo com Langoni (1973), o processo de desenvolvimento econômico impactar na melhoria da distribuição da renda seria questão de tempo, se a trajetória em que a economia brasileira se encontrava não fosse interrompida – o que não aconteceu –. Sendo assim, nesse cenário, a desigualdade seria transitória, uma vez que a melhora na remuneração de empregos que necessitam de melhor qualificação implicaria em estímulos no sentido de intensificar os investimentos em capital humano. Consequentemente, a escassez de mão-de-obra qualificada seria reduzida.

“O debate dos anos 70 e 80 sobre a importância relativa da distribuição da educação e de seus retornos, por um lado, e de políticas salariais repressivas, por outro, como causas básicas da desigualdade brasileira, parece estar esgotado. [...] Um modelo formal simplificado [...] demonstra a possibilidade da existência de um tipo de equilíbrio político-econômico em que três desigualdades se reforçam mutuamente: uma grande desigualdade educacional gera um alto nível de desigualdade de renda – como se observa no Brasil. Essa desigualdade de renda ou riqueza, por sua vez, pode implicar uma distribuição desigual de poder político, na medida em que a riqueza gera influência sobre o sistema político. E a desigualdade de poder político reproduz a desigualdade educacional, já que os detentores do poder não utilizam o sistema público de educação, e não têm interesse na sua

qualidade, dependendo apenas de escolas particulares.” (Ferreira, 2000, p. 155)

Portanto, a discrepância no que se refere ao patamar educacional brasileiro, de acordo com pesquisas domiciliares amostrais, aponta que a educação se mostra como um fator significativo de impacto nos níveis de desigualdade social. Desta forma, ofereceria fundamentação plausível para explicar – em partes – a desigualdade apresentada, a partir da combinação de concepções hierárquicas da estratificação (Souza, 2016, p. 137).

### **1.3 Estratégias de políticas econômicas, financeiras e cambiais: as reformas institucionais do PAEG**

Nesta seção, busca-se apresentar de forma detalhada o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), bem como seus determinantes e implicações. Está dividida em três subseções onde são discutidos aspectos como as reformas institucionais propostas, o regime salarial, as estratégias econômicas e cambiais adotadas e como o PAEG foi importante para que se desencadeasse o processo tido como o Milagre Econômico.

#### **1.3.1 *O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)***

Em março de 1964, o então presidente João Goulart foi destituído pelo movimento militar e o cargo foi ocupado por Marechal Castello Branco. No mês de novembro, o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, composto por Campos e Bulhões, apresentava o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Tratava-se de um programa que enfatizava a necessidade de recuperação das taxas de crescimento da economia brasileira, em uma tentativa de não prejudicar o ritmo da atividade produtiva. Nesse sentido, para superar as restrições observadas no Balanço de Pagamentos, o PAEG propôs que fosse estabelecida uma política de internacionalização da economia, incentivando as atividades de exportação; tal movimento possibilitou o alinhamento ao sistema norte-americano e a integração aos centros financeiros internacionais, a partir da abertura ao capital estrangeiro.

Segundo André Lara Resende em sua contribuição para o livro “A Ordem do Progresso” (2014), o PAEG tinha os seguintes objetivos: “(i) acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico interrompido no biênio 1962-1963; (ii) conter, progressivamente, o processo inflacionário, durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio de preços a partir de 1966; (iii) atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, assim como as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante melhoria das condições de vida; (iv) assegurar, pela política de investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão de obra que continuamente aflui ao mercado de trabalho; (v) corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos, que ameaçam a continuidade do processo de desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade de importar.”

Desta forma, é possível afirmar que o PAEG apresentava estratégias graduais heterodoxas de combate aos níveis inflacionários e via as inconsistências no que se refere à distribuição de renda como as causas desta inflação. Nesse sentido, as normas norteadoras do programa sustentavam suas bases na contenção de déficits governamentais a partir de racionalização do sistema bancário e diminuição de despesas, além do aumento dos salários reais de forma proporcional à aceleração do desenvolvimento e uma política controlada de crédito à empresas, de modo a impedir excessos (Lara Resende, 2014).

Sendo assim, para se chegar nas metas estabelecidas, seriam utilizados instrumentos de política financeira, tais como: (i) política de redução do déficit de caixa governamental; (ii) política tributária; (iii) política monetária; (iv) política bancária; e (v) política de investimentos públicos. Também foram utilizados instrumentos da política econômica internacional: (i) política cambial e de comércio exterior; (ii) política de consolidação da dívida externa e de restauração do crédito do país no exterior; e (iii) política de estímulos ao ingresso de capitais estrangeiros (Lara Resende, 2014). Além disso, políticas agrárias, habitacionais, educacionais e de produtividade social também tiveram sua importância, ressaltando, da última, a política salarial, que tinha como objetivo assegurar a participação dos trabalhadores nos benefícios do desenvolvimento econômico e o combate à inflação.

A reforma tributária tinha o objetivo de aprimorar a arrecadação, além de incentivar uma redução nos gastos públicos e ampliar a poupança interna. Nesse sentido, a partir do

lançamento de títulos com correção monetária e cambial, promoveu mudanças na forma de financiamento do setor público; instituiu o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e o Imposto de Renda (Lei 4357/1964); implantou mecanismos de reajustes pautados em taxas inflacionárias anteriores com o objetivo de correção de impostos; eliminou impostos arcaicos e impostos em cascata; entre outros. Além disso, o aumento da centralização de recursos estatais contribuiu para a integração dos tributos, rompendo com a coexistência dos sistemas tributários municipais, estaduais e federal. Ademais, a reforma no setor externo ampliou o acesso das empresas aos recursos externos objetivando uma maior internacionalização da economia. Nesse sentido, promoveu: (i) unificação do sistema cambial; (ii) modernização das agências do setor público; (iii) ampliação das exportações; e (iv) modificações na lei das remessas de lucros.

Já a reforma financeira, por sua vez, apresentava uma estruturação para o Sistema Financeiro Nacional composta por instituições financeiras públicas e privadas, tais como CMN, BACEN, BB e BNDE, e tinha por objetivo o gerenciamento da política monetária, bem como a fiscalização das instituições financeiras e a instituição das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs) na indexação dos contratos. Junto aos novos mecanismos de captação compulsória, a criação do SFH (Sistema Financeiro de Habitação) constitui-se como uma importante fonte de recursos.

Em relação ao mercado de capitais, é importante destacar a estrutura de distribuição e incentivos ao aumento da poupança em relação à ampliação e melhoria dos canais de informação. Além disso, o sistema de minidesvalorizações promoveu incentivos à entrada de capital estrangeiro no Brasil em 1968 e permitiu a captação de recursos pelo setor privado. Entre outros efeitos, vale ressaltar como consequência a nova estruturação do sistema financeiro, que se relaciona com a correção monetária promovida pelo PAEG e foi importante para o financiamento do Tesouro Nacional e para o investimento privado.

Em decorrência à reformulação institucional do sistema financeiro, houve a criação do Banco Central – que assumiu as funções antes desempenhadas pelo Banco do Brasil – e a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) – responsável pelas políticas cambiais e monetárias. Além disso, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que se mostrou como um poderoso agente de captação de poupança privada. As reformas institucionais com

enfoque no setor externo, por sua vez, contribuíram para a modernização de agências ligadas ao setor público relacionadas ao comércio exterior, proporcionando, assim, maior integração do sistema financeiro internacional e maior simplificação do sistema cambial.

### **1.3.2 *A reforma salarial do PAEG***

A política salarial imposta pelo PAEG foi significativamente restritiva, acarretando em uma intervenção inédita na determinação dos preços no mercado de trabalho (Souza, 2016). A inflação presente na época era caracterizada como um resultado da inconsistência da política distributiva, tendo como suas três causas principais os déficits públicos, a expansão do crédito às empresas e o aumento dos salários em proporção superior ao aumento da produtividade. Nesse sentido, concentrava-se em “(i) manter a participação dos assalariados no produto nacional; (ii) impedir que reajustamentos salariais desordenados realimentem irreversivelmente o processo inflacionário; e (iii) corrigir as distorções salariais, particularmente no serviço público federal nas autarquias e nas sociedades de economia mista.” (MPCE, 1964, p. 83).

Sendo assim, o PAEG não pode ser considerado “perfeitamente ortodoxo”, segundo Resende (1982), apesar da estratégia gradualista que visava combater a inflação e manter o crescimento. Os déficits públicos e a expansão monetária também se mostraram como pontos importantes a serem considerados, além da política salarial, que desempenharia um papel fundamental no que se refere ao controle dos custos de produção e à contenção da demanda em excesso. Nesse cenário, de acordo com Souza (2016), “grande parte do fardo da estabilização foi transferido para os assalariados, o que marcou uma evidente diferença entre o PAEG e o Plano Trienal de Celso Furtado”.

Em 1965 foram estabelecidas normas que mantinham o salário médio real dos últimos meses anteriores aos reajustes (estes seriam anuais), sobre o qual deveria incidir a taxa de produtividade, acrescido do resíduo inflacionário. Entretanto, a partir da aplicação desta fórmula o salário mínimo real reajustado no mês de março apresentou redução de 11% em comparação ao mesmo mês do ano anterior. Esta tendência se manteve nos anos seguintes, apesar do ritmo da queda ter diminuído.

“O ‘milagre econômico’ começado em 1968 fora favorecido pela estabilidade política e por algumas das reformas do PAEG, dependendo também crucialmente da existência de capacidade ociosa – oferecida pela recessão de meados da década –, da situação externa positiva, da maior flexibilidade da política econômica na era Delfim e de pesados investimentos públicos.” (Souza, 2016, p. 296)

Devido à rigidez estabelecida pelo regime militar, praticamente extinguiu-se a possibilidade de negociação e instauração de greves pelos sindicatos. Desta forma, “a política salarial passou a ser uma política de máximos e não de mínimos, como era de se esperar de uma legislação trabalhista” (OLIVEIRA, 1986, p. 233) e as “negociações diretas entre trabalhadores e empregadores foram substituídas pela fórmula de reajuste fornecida pelo Governo” (RESENDE, 1982, p. 777).

A política salarial do PAEG baseava-se em corrigir as distorções salariais de forma a impedir que os ajustes fossem realizados desorganizadamente, mantendo a participação dos assalariados no produto nacional e impedindo que o processo inflacionário fosse impulsionado. Em 1965, então, o reajuste anual deveria ser calculado de forma a restabelecer o salário médio real dos 24 meses anteriores, acrescido da taxa de aumento da produtividade e de metade da inflação prevista para o ano seguinte (resíduo inflacionário). Nesse sentido, entretanto, as diretrizes salariais não recuperaram integralmente o nível de poder aquisitivo do salário logo após o reajuste. Dessa forma, a política salarial “quebrava a dinâmica da espiral inflacionária”, refletindo, ainda em 1965, uma queda de 4,5% no salário mínimo real médio (Souza, 2016).

Entretanto, contrariando o discurso oficial, a política fiscal e monetária mais flexível adotada por Delfim Netto atenuou apenas parcialmente os prejuízos aos salários causados pela subestimação do resíduo inflacionário a partir de 1968, não revertendo definitivamente a situação inflacionária.

### 1.3.3 *O PAEG pavimentou o caminho para o Milagre?*

Segundo Pastore & Pinotti (2007) as reformas promovidas pelo PAEG foram importantes para reduzir as distorções inibidoras do processo de crescimento econômico e “não esgotaram seus efeitos nos três anos do governo Castello Branco, determinando um novo regime econômico que influenciou as políticas econômicas da década de 1970”. Castello Branco foi capaz de restaurar, então, a credibilidade do Governo no que se refere à condução da política econômica, impactando positivamente diversos âmbitos da economia a partir de progressos obtidos em várias vertentes da sociedade.

Nesse sentido, as reformas do PAEG podem ser consideradas como causadoras do surgimento de um novo padrão de acumulação no Brasil (Tavares & Serra; 1979), uma vez que o direcionamento do capital estrangeiro para setores estratégicos se mostrou como uma parte fundamental do plano desenvolvimentista, em conjunto com o amparo do Estado para garantir a promoção de insumos e infraestrutura. Este novo padrão de acumulação financeira viabilizou o desenvolvimento econômico do país e contribuiu para a elevação dos níveis de concentração de renda e de propriedade, juntamente com as políticas salariais e trabalhistas promovidas pelo PAEG (Araújo, 2017).

“A reconcentração promovida pelo PAEG, combinada com a reforma financeira, viabilizou um mercado para os bens duráveis, e a abertura do leque salarial obtida por meio do arrocho promovido pelo governo Castello permitiu às empresas recuperar as margens de lucro e a capacidade interna de investimento (Salm, 2010).” (Araújo, 2017, p. 29)

Sendo assim, as reformas do governo Castello viabilizaram instrumentos importantes para a gestão macroeconômica (Araújo, 2017). A política salarial, por exemplo, foi um fator de perfeita continuidade entre os governos Castello Branco (1964-1967) e Costa e Silva (1967-1969), além de outros aspectos contínuos observados em ambos os governos – como o modelo econômico associado ao capital estrangeiro e focado na concentração de renda – contudo, foram as alterações propostas no sentido da condução da política econômica que permitiram a queda da inflação acompanhada da elevação dos índices de crescimento do PIB brasileiro nos anos seguintes.

A partir da análise proposta neste capítulo, o Milagre Econômico pode ser interpretado, em partes, como consequência dos desdobramentos das políticas econômicas adotadas entre 1964 e 1966 e, principalmente, da implementação do PAEG. Em suma, foi um período caracterizado por elevadas – e sem precedentes – taxas médias de crescimento (Lago, 2014), decorrentes de uma conjuntura internacional favorável em conjunto com decisões econômicas acertadas tomadas sob a direção do então Ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto, entre os anos de 1967 à 1974; até o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) que, segundo Araújo (2017), coincide com o auge e o esgotamento do Milagre Econômico. Após este panorama geral, no próximo capítulo discutiremos as características do Milagre, bem como suas relações com o cenário externo, os planos de industrialização e suas consequências no longo prazo das mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira neste período de análise.



## **2 AS CARACTERÍSTICAS DO MILAGRE ECONÔMICO (1967-1973)**

O capítulo anterior buscou analisar de que forma o contexto econômico institucional dos anos 1960 influenciaram o Milagre Econômico dado o caminho percorrido pela economia brasileira nos anos que o precederam. Esse capítulo está organizado em 3 seções e tem como objetivo discutir pontos como os impactos do PAEG e da política de financiamento externo em conjunto com as políticas cambiais e industriais adotadas neste cenário.

### **2.1 A cronologia dos eventos no cenário econômico brasileiro**

Segundo Araújo (2017), é possível estabelecer um sentido causal cronológico a partir dos acontecimentos entre os anos que precederam o Milagre, de forma a pavimentar o caminho para que este estruturasse suas bases (Resende, 2014). Nesse sentido, começando por 1963, deve-se ressaltar o arrocho de crédito e moeda que paralisou as atividades industriais enquanto os preços se elevaram; em 1964 essa tendência de elevação dos preços seguiu constante, mas, apesar disso, foi possível observar um início de recuperação do setor industrial a partir do alívio observado nos níveis de liquidez real.

No ano seguinte, contudo, a atividade industrial entrou em colapso devido a um novo arrocho creditício promovido pela política fiscal restritiva adotada, que acarretou, também, em redução de despesas do governo e aumento dos impostos em geral; ainda em 1965, no segundo trimestre, a reforma salarial do PAEG foi implementada e reduziu o salário mínimo em 26%, se comparado ao valor observado no início de 1964. A partir disso, então, foi possível constatar uma queda dos índices de crescimento dos preços industriais em conjunto com os preços agrícolas, provocando uma redução de preços relativos do setor agrícola-industrial (Resende, 2014).

“Enquanto os preços reduziam o ritmo de crescimento, a política monetária escapava ao controle e expandia moeda e crédito a taxas muito superiores às dos preços. Os índices de liquidez real elevaram-se rapidamente e atingiram um pico no último trimestre de 1965. A virada na liquidez real fez-se sentir no primeiro trimestre de 1966, quando, após um período de 10 trimestres em declínio (o último trimestre de 1964 foi a única exceção), o

consumo de energia elétrica sofreu uma elevação de 20% e manteve-se crescente a taxas elevadas durante todo o ano.” (Resende, 2014, p. 204)

No ano de 1966 pôde-se observar superávits crescentes na conta capital a partir do influxo de capitais externos apresentados neste período. Tal acontecimento deve-se, significativamente, a financiamentos e empréstimos advindos de outros países, somando no total Cr\$1,12 bilhão à taxa de câmbio da época. Em termos numéricos, 46,4% desses empréstimos foram tomados por empresas públicas e 44,2% foram tomados por empresas estrangeiras, enquanto a porcentagem das empresas nacionais privadas corresponde a 6,5%; é importante ressaltar, também, que ainda neste mesmo ano, grande parte destes empréstimos – 69,1% – foram provenientes de corporações estrangeiras não financeiras e privadas (Resende, 2014).

Dessa forma, podemos inferir que a política fiscal restritiva imposta entre 1964 e 1966, em conjunto com as políticas monetárias e creditícias – também restritivas –, contribuíram para a elevação dos impostos em geral e para a redução dos gastos públicos, além de ter provocado uma desaceleração da atividade industrial a partir de planos de estabilização ortodoxos. Nesse sentido, a redução do crescimento entre os anos de 1963 e 1967 deu origem a um hiato entre o produto potencial e o produto observado à época, que só foi possível de ser reduzido – e eliminado – no ano de 1973, 10 anos depois, após anos de intenso crescimento econômico entre 1968 e 1973 (período em que ocorreu o Milagre Econômico, objeto de estudo deste trabalho).

## **2.2 Contexto Econômico**

Este subtópico é dividido em três partes, onde serão analisadas a evolução das taxas de inflação, a estrutura de financiamento interna e as estratégias de industrialização adotadas, de forma a estabelecer o contexto econômico em que o Brasil se encontrava à época em que o dito Milagre desenvolveu-se.

### **2.2.1 *Evolução das taxas de inflação***

Em 1967 – primeiro ano do governo do militar Artur da Costa e Silva – o nível médio de inflação se manteve em 30%, conforme a maioria dos indicadores. Além disso, o Índice de Preços por Atacado-Disponibilidade Interna (IPA/DI) apresentou redução de 42,1% (1966) para 21,2% (1967), redução esta que, segundo Lago (1989), deve-se a quatro fatores: “em primeiro lugar a uma queda da velocidade-renda da moeda após o choque de estabilização de fins de 1966 e início de 1967; em segundo lugar, à aceleração da atividade econômica ao longo do ano; em terceiro lugar, aos níveis de liquidez real reduzidos com que se iniciou o ano, em função do forte aperto monetário e creditício de 1966; em quarto lugar, à preocupação da nova administração de conter os focos de elevação de custos, encerrando o processo de inflação corretiva observado no triênio anterior; finalmente, às safras excepcionais de 1967”.

No ano seguinte observa-se uma política salarial menos restritiva e a introdução da política de minidesvalorizações cambiais, contudo, a taxa elevada de crescimento em conjunto com uma significativa demanda global prejudicaram uma possível redução da inflação, que manteve-se similar aos níveis observados no ano anterior. Em 1969 a política de combate à inflação foi mais ativa, visto o esforço desempenhado no sentido de conter o déficit público e a expansão monetária, sendo assim, os índices de preços por atacado apresentaram taxas inferiores a 20%.

“Esse foi o primeiro ano da nova administração em que a colocação de títulos públicos financiou mais do que a totalidade do déficit de caixa da União, fato que se repetiria nos anos seguintes, contribuindo para reduzir as pressões inflacionárias.” (Simonsen, 1970, p. 53)

No ano de 1970 foi possível observar a menor taxa de inflação do período 1964-1974, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), mantendo uma taxa de aumento de apenas 16,5% em 12 meses. Contudo, em 1971, a tendência da inflação se torna ascendente novamente até 1972, quando observa-se uma pequena redução dos índices.

“Efetivamente, a partir de meados de 1972, ‘os controles de preços foram acionados não mais com o objetivo de compatibilizar uma política de liquidez folgada com a estabilidade da taxa de inflação, mas (sim) o que é certamente bem mais difícil, (com o objetivo) de compatibilizar a liquidez folgada com o declínio da inflação’ (Dias Carneiro, 1977, pp. 22-23). Na ausência de capacidade ociosa, houve impacto sobre a rentabilidade de setores específicos e somente se adiou o efeito sobre os índices de preços.” (Lago, 1989, p. 219)

Sendo assim, em conjunto com a adoção de políticas monetárias expansionistas, a tendência decrescente de capacidade industrial ociosa contribuiu para que uma intensa atividade econômica fosse mantida ao desde o segundo semestre de 1972 e ao longo de 1973, dificultando, contudo, que fosse alcançado o objetivo de redução – ou, pelo menos, de estabilização – das taxas de inflação. Ademais, o controle de preços já não era capaz de suprir o agravamento do processo inflacionário no final do ano de 1973, mostrando a necessidade da implementação de medidas que visassem impedir a aceleração deste processo. Neste cenário foi adotado o tabelamento de preços, porém tal medida mostrou-se ineficiente visto que foram estabelecidos preços considerados irrealistas, o que culminou na criação de “mercados paralelos” para diversos produtos e gerou tensões econômicas que se agravaram ao longo de 1974, em decorrência dos impactos do primeiro choque do petróleo (Lago, 1989).

### ***2.2.2 A estrutura de financiamento interna e o papel dos setores público e privado***

Segundo Lago (1989) o financiamento de formação de capital fixo e a variação de estoques no período compreendido entre 1967 e 1973 não dependeram essencialmente de investimentos da poupança externa, mas foram financiados pela poupança nacional bruta. Sendo assim, ainda de acordo com o autor, conclui-se que o crescimento do endividamento externo pós 1969 foi excessivo visto que o nível de reservas internacionais encontrava-se estabilizado entre 1967 e 1968, levando em consideração as necessidades reais da economia brasileira da época.

“O intervencionismo do governo através da política monetária, creditícia e fiscal foi significativo nos anos 1967-73, como se notou com

relação ao desenvolvimento do sistema financeiro, à política de juros, ao desenvolvimento do mercado de capitais, à concessão de subsídios e transferências a setores e regiões específicas e na regulamentação da política industrial, e finalmente através do próprio controle dos preços.” (Lago, 1989, p. 227)

É possível apontar o surgimento de empresas em setores de ponta no período 1967-73, além da consolidação de holdings de serviços públicos. Nesse sentido, observa-se o controle de atividades econômicas por parte do setor público em um contexto de forte centralização na condução da economia brasileira e atuação ativa do Estado como supridor de crédito e subsídios, intensificando a dependência do setor privado de tais subsídios – principalmente os setores exportador e agrícola, determinantes para o avanço da expansão monetária enquanto o investimento estatal era recebido e, em contrapartida, contribuíram também para o processo de endividamento externo – sem que houvesse o aumento do nível de estatização do país como um todo.

### ***2.2.3 Estratégias de industrialização***

A implementação de uma política mais expansionista, a partir de 1968, impactou em crescimento significativo do PIB (11,2% no período 1968-73) e, em especial, do setor industrial, com foco na indústria de transformação e de construção, que cresceram a taxas de 13,3% a.a. e 15% a.a., respectivamente. Nesse contexto, pode-se inferir que a indústria de construção recebeu estímulos relacionados tanto às demandas do setor habitacional – incentivado pela política nacional de habitação – como às grandes obras de infraestrutura promovidas pelo governo.

Programas como o PIN (Programa de Integração Nacional) foram implementados no sentido de promover o desenvolvimento econômico das regiões Norte e Nordeste e ficou estabelecido que grande parte da receita arrecadada pelo tesouro nacional seria destinada para obras de infraestrutura nestas regiões. O PIN, por exemplo, previa a construção de rodovias como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, que facilitariam a mobilidade em territórios amazonenses, principalmente, além de promover a irrigação em geral de áreas nordestinas.

Ademais, outro ponto importante a ser destacado foi a intensificação de processos mecanizados na agricultura, gerando novas demandas significativas para o setor industrial. Desta forma, promoveu-se a utilização da capacidade industrial que se encontrava ociosa anteriormente, impactando no aumento do potencial produtivo de 76% em 1967 para 93% em 1971 e, posteriormente, 100% no período entre 1972-73 (Bonelli e Malan, 1976).

### **2.3 A economia brasileira frente ao cenário econômico externo**

O período compreendido entre os anos de 1967 e 1973 foi marcado por mudanças relacionadas ao cenário exterior frente ao Brasil em áreas como comércio exterior e investimento estrangeiro. Nesse sentido, pode-se associar tais mudanças com a adoção de políticas cambiais e de incentivo às exportações, além de fatores exógenos como o crescimento da economia global e uma crescente liquidez no mercado internacional de capitais, que impactaram positivamente as contas externas do país – até o final de 1973, quando o primeiro choque do petróleo reverteu tais tendências favoráveis, visto que o Brasil ainda apresentava uma dependência significativa da importação de petróleo (Lago, 1989).

#### ***2.3.1 A política de incentivo às exportações***

A balança comercial do período em análise, conforme introduzido anteriormente, sofreu fortes influências da política econômica adotada pelo governo. Desta forma, observa-se a tendência crescente tanto do nível de importações – principalmente de bens de capital – como reflexo de isenções e incentivos promovidos pela política industrial, quanto do nível de exportações, que acompanhou o aumento da participação de produtos manufaturados na economia e promoveu maior diversificação da pauta exportadora, bem como uma mudança no cenário de parceiros comerciais externos do país.

Desde o ano de 1964 o governo despendia esforços no sentido de ampliar e diversificar as taxas de exportação brasileiras (Lago, 1989), desta forma, a partir de 1967, tais esforços foram reforçados e posteriormente, em 1968, o Conselho de Comércio Exterior (CONCEX) definiu os principais objetivos a serem alcançados para a área, sendo eles:

1. “Aumento da competitividade dos produtos brasileiros em geral”;
2. “Diversificação das exportações, em especial na direção de produtos manufaturados e semi-acabados”;
3. “Diversificação e expansão dos mercados externos”;
4. “Manutenção de um suprimento adequado de matérias-primas importadas, bens intermediários e de capital, a preços estáveis e a fim de não pôr em risco a industrialização.”

(Von Doellinger, Faria e Cavalcanti, 1973, p. 11)

Nesse cenário, para que tais objetivos fossem alcançados, a política de exportações passou a adotar práticas de “minidesvalorizações cambiais” – que se mantiveram até 1979 –, advindas de uma política cambial mais flexibilizada, em conjunto com medidas indiretas como a dita “desburocratização administrativa” e melhorias infraestruturais nas áreas de transporte e comercialização (Lago, 1989). Além disso, foram adotadas medidas fiscais e creditícias diretas, incluindo isenção e créditos no pagamento de imposto de renda e impostos federais e estaduais sobre o valor adicionado (IPI e ICM), bem como o financiamento preferencial de projetos de desenvolvimento de exportação e crédito subsidiado à exportação (Redwood, 1976, p. 435). Em 1972 estabeleceram-se incentivos visando o aumento da capacidade produtiva e a formação de empresas comerciais exportadoras.

Todos estes esforços no sentido de melhorar o cenário exportador brasileiro apresentaram efeitos positivos, levando ao aumento da participação do país no total das transações mundiais de bens. Sendo assim, considerando a aceleração do crescimento de exportações e importações em relação ao PIB, espera-se que os níveis de coeficiente de abertura da economia do país ao exterior também se elevassem, contudo, segundo Lago (1989), apesar destes coeficientes realmente terem apresentado certo grau de crescimento ainda permaneceram baixos em termos mundiais, representando, assim, que a absorção de recursos reais no período não contribuiu tão efetivamente, em termos do PIB, quanto a produção e os recursos gerados internamente.

“Em resumo, a política cambial e a política de comércio exterior implementados no período 1967-73 foram claramente bem sucedidas no sentido de aumentar as exportações do país e a sua capacidade de importar, contribuindo direta e indiretamente para o crescimento da indústria e do

produto como um todo. Os objetivos do CONCEX, citados anteriormente, foram em grande medida alcançados observando-se inclusive certa diversificação dos mercados externos do país e uma maior abertura para o exterior.” (Lago, 1989, p. 231)

Os coeficientes de abertura moderados nesse cenário foram compatíveis com a maior diversificação apresentada pelos mercados externos do país e o Mercado Comum Europeu se tornou o principal comprador de produtos nacionais, em vez dos Estados Unidos. Em relação às importações, entretanto, não foi possível observar tal diversificação devido à composição da pauta importadora, baseada em insumos, equipamentos e matérias-primas.

### **2.3.2 Investimentos estrangeiros e a dívida externa**

Segundo Lago (1989), entre os anos de 1967 a 1973, a dívida externa bruta apresentou crescimento de 19,3% ao ano, enquanto as taxas anuais da dívida líquida ficaram em 9,6%. Contudo, a composição da dívida passou por mudanças importantes: “enquanto, em 1967, era de 26,9% a participação dos empréstimos privados na dívida pública externa, (que representava a quase totalidade da dívida total), esta participação alcançou 64,1% em 1973” (Lago, 1989). Nesse sentido, pode-se associar tais alterações à elevação dos níveis de concessão de operações creditícias externas no Brasil a empresas públicas e privadas.

“Segundo Nogueira Batista Jr. (1988, p. 209), a combinação de uma rápida expansão da dívida externa e de um forte crescimento do Produto Interno Bruto, que se observou entre 1967 e 1973, não caracterizou, necessariamente, um caso de crescimento liderado por dívida externa. De fato, a análise da natureza indica realmente que tal aumento ‘teve relativamente pouco a ver com o financiamento do crescimento’ naquele período.” (Lago, 1989, p. 232)

Podemos observar que a formação do capital foi financiada, majoritariamente, por recursos internos, apesar da contribuição do influxo de recursos externos. Nesse cenário, o crescente endividamento desencadeava a elevação sistemática de reservas internacionais – processo este que nem sempre era supervisionado por autoridades econômicas brasileiras. Os investimentos provenientes do exterior também desempenharam um papel importante no



desenvolvimento de novas atividades – principalmente na área de bens de capital – e contribuíram com a expansão da exportação de produtos manufaturados, além de impactarem positivamente em termos tecnológicos.

“[Em 1973] as subsidiárias de empresas multinacionais não [dominavam] em termos absolutos, os mercados de produtos industriais, nem os setores de insumos básicos, porém, [concentravam-se] nos setores de maior crescimento, de maior conteúdo tecnológico e de maiores ‘linkages’ (efeitos de arrasto para frente e para trás) com os demais setores da economia.” (Von Doellinger e Cavalcanti, 1975, p. 55)

Podemos observar que, no período entre 1967 e 1973, as autoridades econômicas se mostraram assumidamente favoráveis à admissão de investimento estrangeiro, conforme explicitado nas “Diretrizes do Governo” (1967): “Em complemento à poupança interna, e dada a sua contribuição ao progresso tecnológico e à capacidade de importar, o capital externo será admitido como instrumento de aceleração do desenvolvimento. A execução dessa política deve ser consistente com o fortalecimento da empresa nacional.” (Ministério do Planejamento, 1967, pp. 14 e 16). Nesse cenário, segundo Lago (1989), os seguintes fatores se mostraram significativamente relevantes no sentido da ampliação de investimentos externos no Brasil:

- a) a nova política cambial (favorecendo remessas de lucros e dividendos ou repatriações a taxas de câmbio realistas e uma programação de exportações mais estável por parte das empresas multinacionais);
- b) a política de incentivo à exportação, que culminou com a criação do BEFIEX;
- c) a retomada do crescimento (inclusive com a expansão de setores em que o processo de substituição das importações não se encerra, como as áreas de bens de capital e insumos básicos);
- d) a existência de um programa conhecido de investimentos públicos e de uma política industrial favorável, implantada pelo CDI;
- e) a partir de fins de 1968, com o endurecimento do regime autoritário, a aparentemente maior estabilidade política do país.

Entre 1964 e 1966 os investimentos estrangeiros líquidos se mantiveram em uma média de US\$ 57 milhões, enquanto entre 1967 e 1973 essa média foi elevada para US\$ 267 milhões de dólares (Lago, 1989). Tais investimentos eram dirigidos primordialmente ao setor industrial, sendo assim, pode-se afirmar que o desempenho positivo da conta de capital brasileira no período em análise não se deve exclusivamente ao influxo de financiamentos e empréstimos.

Este capítulo buscou discutir a relação entre o contexto econômico externo e o Milagre Econômico, a partir de uma análise que passou por pontos como a estruturação de financiamento em, os planos de industrialização, incentivos a exportações e o papel dos investimentos estrangeiros na economia brasileira. A partir disso, no próximo capítulo serão analisados o crescimento econômico presente no período em análise, em comparação com a acentuação da desigualdade social e da concentração de renda.

### **3 OS CONTRASTES DO MILAGRE ECONÔMICO: DO CRESCIMENTO ECONÔMICO AO AUMENTO DA DESIGUALDADE SOCIAL**

Para que seja possível analisar a distribuição funcional e pessoal da renda no período entre 1967 e 1973 é necessário analisar, entre outros fatores, a política salarial proposta pelo governo. Nesse sentido, podemos observar que a distribuição geográfica desta renda se relaciona com a política econômica de modo geral e à natureza do processo de crescimento da economia (Lago, 1989). Este capítulo se propõe a analisar como as políticas trabalhistas e salariais impactaram positivamente nos níveis de contenção do salário real a fim de combater a inflação e favorecer a acumulação de capital a partir da manutenção de elevadas taxas de lucro – implicando em uma política seletiva de remuneração àqueles de níveis mais elevados. Desta forma, cabe analisar como as reformas implementadas durante o período favoreceram o processo de acentuação da concentração de renda no Brasil.

“A repressão pavimentou o caminho para políticas sociais e econômicas que dificilmente seriam aceitas em um regime mais livre. A crise política, o descontrole das contas públicas e o aperto excessivo de liquidez induzido pelo Plano Trienal jogaram o país em um quadro de estagflação em 1963–1964.” (Souza, 2016, p. 292)

Nesse contexto, o PAEG foi anunciado como uma tentativa de retomar o crescimento e, dentre as reformas tributárias e financeiras apresentadas, cabe destacar a política salarial adotada como fator determinante para o aumento da desigualdade no período. Contudo, além da política salarial, cabe observar que outras reformas instituídas pela ditadura militar e o cenário de estabilidade política também contribuíram com o aumento da concentração de renda no período. Além disso, em conjunto com os fatores citados anteriormente, outros como a flexibilidade econômica observada sob o comando de Delfim Netto, a capacidade produtiva ociosa e o cenário externo favorável foram determinantes para que se estabelecesse um período de desaceleração da inflação e altas taxas de crescimento.

“A ditadura promoveu ativamente a concentração bancária, sobretudo a partir de 1971, acreditando que economias de escala reduziriam os custos operacionais do sistema. O resultado foi apenas a limitação da concorrência e oligopolização do sistema bancário. Cabe ainda lembrar que boa parte do

crédito oferecido por instituições oficiais originava-se de mecanismos de poupança forçada, muitas vezes desvantajosos para os trabalhadores que contribuía para eles.” (Souza, 2016, p. 295)

Em relação ao balanço de pagamentos, o governo desejava manter a ampliação de importações de mercadorias em conjunto com uma política nacional que atendesse aos requisitos do desenvolvimento, de forma a tentar evitar a rápida elevação dos níveis de endividamento externo. Contudo, apesar das exportações e das importações realmente terem apresentado um crescimento a taxas mais elevadas, a tentativa de não elevação da dívida externa não obteve êxito significativo em termos de reservas internacionais. Sendo assim, “a inflação e a dívida externa se apresentavam em 1973 como áreas com problemas potencialmente crescentes a serem enfrentados pela administração seguinte” (Lago, 1989).

Segundo dados do IBGE (1979, pp. 177-178 e 193), não houve qualquer redução significativa nos níveis de desigualdade regional entre os anos de 1967 e 1973, considerando o forte crescimento econômico. Desta forma, pode-se afirmar que as obras ocorridas na região Norte – promovidas pelo governo com o objetivo de melhorar a infraestrutura – e as políticas de incentivos fiscais que favoreciam o Norte e o Nordeste não obtiveram retornos expressivos no sentido de reduzir a predominância na renda total das regiões Sul e Sudeste.

Como consequência da política de incentivo à educação implementada pelo governo – com o objetivo de reduzir a oposição estudantil –, observa-se que o nível educacional da população em geral aumentou durante o período 1967-1973. Contudo, o número absoluto de analfabetos aumentou, apesar da queda deste índice entre a população acima de 15 anos (de 29,5% para 33,1% entre 1960 e 1970).

“É particularmente impressionante a concentração de renda nas mãos do 5% mais ricos e dos 1% mais ricos. No primeiro caso, a sua participação da renda passa de 28,3% em 1960 para 34,1% em 1970 e 39,8% em 1972, enquanto no segundo caso o aumento é de 11,9% em 1960 para 14,7% em 1970 e 19,1% em 1972 (IBGE, 1979, p. 196). [...] Em contraste, os 50% mais pobres, que recebiam 17,4% do rendimento total da PEA em 1960, passaram a auferir apenas 14,9% do total em 1970 e 11,3% em 1972.” (Lago, 1989, p. 236)

A partir da concentração de renda observada no período em análise, é possível verificar que o crescimento industrial – principalmente do ramo de bens de consumo duráveis – baseou-se na demanda de uma parcela significativamente pequena da população, que foi beneficiada pelo crescimento econômico com ganhos de rendimentos acentuados (Lago, 1989). Entretanto, a renda familiar em geral se elevou, visto que “o estudo da distribuição de renda entre famílias atenua um pouco o quadro de concentração de renda, na medida em que um maior número de membros das famílias passou a trabalhar com a aceleração do crescimento” (Lago, 1989). Sendo assim, o crescimento do nível de emprego se mostra como um dos aspectos sociais favoráveis à retomada do crescimento econômico.

Segundo Lago (1989), todas as “grandes metas” estabelecidas pelo governo Médici para o período 1970-73 foram alcançadas, bem como o objetivo de aceleração do crescimento estabelecido pelo governo Costa e Silva. Contudo, a contenção da inflação não se verificou visto que, apesar de ter funcionado durante boa parte do período em análise, em 1973 já se encontrava em ascensão novamente (mesmo que os índices oficiais indicassem o contrário), dessa forma, podemos afirmar que foi frustrada a meta referente à estabilidade de preços mantidos a um ritmo de inflação inferior a 10% ao ano.

“O primeiro choque do petróleo no fim de 1973 exacerbou os desequilíbrios em meio à grande inflexão representada pela ascensão à presidência do general Ernesto Geisel, em março de 1974. Com a saída de Médici, a linha dura das Forças Armadas foi finalmente deslocada do poder, iniciando-se um ciclo de descompressão política. Com a derrota da maior parte dos grupos armados de esquerda, Geisel e seus aliados preocuparam-se em restabelecer o controle sobre os órgãos de repressão e preservar a hierarquia militar (BETHELL; CASTRO, 2008; FAUSTO, 1995).” (Souza, 2016, p. 297)

Durante todo o período dos mandatos autoritaristas dos presidentes Médici e Costa e Silva, o ministério da fazenda – e o do planejamento, em menor medida – foram respaldados pelo executivo no que se refere à implementação de programas econômicos. Nesse sentido, Lago (1989) observa que a infraestrutura social do país melhorou apreciavelmente, contrabalançando em parte a evolução dos rendimentos monetários, entretanto, embora a política econômica implementada no período tenha obtido resultados positivos em termos

gerais de produção de crescimento e a economia brasileira tenha apresentado um salto tanto qualitativo quanto quantitativo, é importante avaliar o impacto social decorrente destas mudanças.

“São inegáveis os progressos em várias frentes, durante o período de crescimento de 1967 a 1973. Porém, os dados de salários e de distribuição de renda indicam que os benefícios do crescimento não foram distribuídos de forma equitativa entre a população e que essa situação decorreu, em parte, de políticas implementadas pelo governo naquele período.” (Lago, 1989, p. 237)

Em suma, a aceleração da inflação, a deterioração fiscal e o endividamento externo plantaram as sementes da crise da década seguinte. Além disso, não se deve menosprezar a falta de coerência da política econômica e a sensibilidade do governo à reação das “classes produtoras”, apesar dos atritos ocasionais (Souza, 2016).

De fato, a fração de renda detida pelo centésimo mais rico da população atingiu o patamar de 26% em 1971 (percentual mais alto desde os anos 1940), após um processo de crescimento contínuo desde o golpe em 1964, quando o percentual se mantinha em torno de 17-19%. Foi possível observar que a fração recebida pelo centésimo mais rico aumentou, ao passo que a distribuição dentro desta parcela deu-se de forma menos desigual, visto que, segundo Souza (2016), o aumento na fração recebida pelo 0,1% e pelo 0,01% no topo da distribuição de renda foi proporcionalmente um pouco menor do que o do grupo logo abaixo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período compreendido entre os anos de 1967 e 1973, objeto de análise deste trabalho, foi caracterizado por taxas médias de crescimento sem precedentes, provenientes de uma série de decisões econômicas adotadas pelo então ministro da fazenda Antônio Delfim Netto em um cenário econômico internacional favorável. Desta forma, é possível observar que a ruptura política imposta a partir do golpe de 1964 foi capaz de promover mudanças substantivas na estrutura financeiro-tributária do país, mas não de uma forma progressiva. A regressividade das reformas do PAEG, somado ao arrocho salarial fez com que o Brasil passasse a enfraquecer a resistência político-social, acarretando, dentre outras consequências, na acentuação do processo de concentração de renda.

A adoção de políticas voltadas ao expansionismo acarretaram em um significativo crescimento do setor industrial – no que se refere a suprir as demandas do setor habitacional e investir em grandes obras de infraestrutura –, resultando no aumento do PIB brasileiro a partir de 1968. Em relação ao cenário externo, observou-se grande incentivo às exportações e adoção de políticas cambiais que favoreceram o aumento da liquidez do mercado internacional de capitais até o final de 1973, quando o Brasil sofreu com os efeitos do primeiro choque do petróleo, devido à significativa dependência da importação deste produto.

Outro aspecto de suma importância a ser analisado foi a implementação do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Como parte do plano de governo, o Estado teria condições de ampliar o financiamento de infraestrutura, insumos e, em conjunto com o direcionamento do capital estrangeiro para setores estratégicos, um novo padrão de acumulação foi estabelecido. Desta forma, em decorrência também das políticas salariais e trabalhistas, este novo padrão de acumulação financeira supracitado contribuiu para o aumento das taxas de concentração de renda, reduzindo as distorções inibidoras do desenvolvimento econômico e viabilizando a elevação dos índices de crescimento.

Entretanto, apesar de a variação de estoques e a formação de capital fixo terem sido financiados, em partes, pela poupança nacional bruta, os investimentos da poupança externa tiveram grande participação e contribuíram para o aumento do endividamento externo que cresceu de forma significativa principalmente após 1969, visto que entre 1967 e 1968 o nível de reservas internacionais se mantinha estável.

De forma geral, para que a taxa de crescimento fosse mantida, o governo estabeleceu o controle de preços tabelados em uma tentativa de contenção do processo inflacionário. Contudo, acabou por acarretar em maior endividamento e maior dependência de importações (principalmente de petróleo). Neste cenário, no fim de 1973, o primeiro choque do petróleo foi decisivo para que os desequilíbrios observados fossem intensificados e, paralelamente à ascensão à presidência de Ernesto Geisel (posteriormente, no início de 1974), iniciou-se um ciclo de descompressão política no qual os esforços foram concentrados na preservação da hierarquia militar e no restabelecimento do controle sobre os órgãos de repressão.

Ademais, a composição educacional, as diferenças nos níveis individuais de renda e a alocação setorial/regional da força de trabalho se mostram como variáveis importantes para explicar o aumento da concentração de renda durante o período analisado por este trabalho. Desta forma, a relevância dos baixos níveis educacionais para o aumento da desigualdade é compatível com a hipótese de que o crescimento econômico do Brasil na época levou a uma ampliação desigual da mão-de-obra ou que acarretou em benefícios desproporcionais para os níveis de educação mais elevados, devido à tecnologia utilizada. Ademais, a direção seguida pelo progresso tecnológico contribuiu para a queda na participação de analfabetos no mercado de trabalho, levando a redução do salário relativo e, conseqüentemente, contribuindo para que a desigualdade fosse acentuada.

Em suma, é possível inferir que o conjunto de reformas e políticas adotadas durante o regime militar foi responsável por favorecer a intensificação do processo de concentração de renda no Brasil. Em um contexto de rápido crescimento econômico, tal intensificação pode ser atribuída a desajustes temporários entre oferta e demanda por mão de obra qualificada em conjunto com uma política de repressão salarial, configurando um cenário onde a redistribuição de renda ocorre em favor do capital em detrimento do trabalho, o que favorece aqueles hierarquicamente privilegiados.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. P. *et al* (org.). A Ordem do Progresso: Dois séculos de política econômica no Brasil. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Grupo Editorial Nacional, 2014.

ARAÚJO, V. L. (2017) A política macroeconômica do governo Costa e Silva (1967-1969). Anais do XXII Encontro Nacional de Economia Política, Campinas. XXII Encontro Nacional de Economia Política.

BONELLI, R.; MALAN, P. S. Os limites do possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 6, n. 2, p. 353-406, 1976.

CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE - UNICAMP, 2002.

CITADINO, Paula Heloisa. Política educacional da ditadura civil-militar: Permanências no governo Temer e Bolsonaro? - Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2021.

CRUZ, P. R. D. C. Endividamento externo e transferência de recursos reais ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. Campinas: UNICAMP. IE, 1993. 31p. (Texto para discussão, n. 24)

CUNHA, Luiz Antônio. Educação, Estado e Democracia no Brasil. São Paulo: Cortez/EDUFF/Flacso-Brasil, 2012.

FAGNANI, Eduardo. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. Economia e Sociedade, Campinas, UNICAMP, p. 183-238, jun. 1997.

FERREIRA, F. H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional? In: HENRIQUES, R. (Ed.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2000.

FERREIRA, Luciana da Silva. Uma Releitura do Processo de Endividamento Externo e Interno nos Anos 1970 e 1980. Orientador: Prof. Carlos Pinkusfeld Bastos. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - UFF, Rio de Janeiro, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola pública brasileira na atualidade: lições da história. In:.

GOÉS, Moacyr de. Voz ativa. In: CUNHA, Luiz Antônio; GOÉS, Moacyr de. O golpe na educação. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, p. 7-34.

JACOMELI, Mara Regina Martins. A Lei 5.692 de 1971 e a presença dos preceitos liberais e escolanovistas: os estudos sociais e a formação da cidadania. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v. 10, n. 39, p. 76-90, set. 2010.

LAGO, L. A. C. (1990) A retomada do crescimento e as distorções do “milagre”: 1967-1973. In: ABREU, M. P. (Org) A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus.

LAGO, L. A. C. do; “Uma revisão do período do “milagre”: Política econômica e crescimento, 1967-1973”, Texto para Discussão 235, Departamento de Economia, PUC-Rio, mimeo, 1989.

LANGONI, Carlos Geraldo. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 2, nº 5, p. 5-88, 1973.

MELO; BASTOS; ARAÚJO *et al* (org.). A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2020.

OLIVEIRA, C. P. R. Política salarial e negociação coletiva. *Indicador*, v. 4, n. 17, p. 231–238, 1986.

PASTORE, A. C.; PINOTTI, M. C. (2007) O Paeg e as políticas econômicas dos anos 1960 e 1970. In: MOURA, A. (Org.) *Paeg e Real: dois planos que mudaram a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

REDWOOD III, J.; “Algumas notas sobre exportações e desenvolvimento regional”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, agosto de 1976.

RESENDE, A. L. (1990) Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, M. P. (Org) *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus.

RESENDE, A. L. A política brasileira de estabilização: 1963–1968. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 12, n. 3, p. 757–806, 1982.

SALM, Cláudio. O debate sobre a tendência à estagnação. In: MALTA, Maria Mello (org.). *Ecos do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA/UFRJ, 2010.

SIMONSEN, M. H.; *Inflação: gradualismo x tratamento de choque*, Rio de Janeiro: APEC, 1970.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. Orientador: Marcelo Medeiros Coelho de Souza. Tese (Doutorado em Sociologia) - UnB, Brasília, 2016.

TAVARES, M. C. T. & SERRA, J. (1979). Além da estagnação, em TAVARES, M. C. *Da substituição de Importações ao capitalismo financeiro, ensaios sobre a economia brasileira*, Zahar, Rio de Janeiro.

TAVARES, M. da C. & ASSIS, J. C. de, 1985. O grande salto para o caos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

VON DOELLINGER, C.; FARIA, H.B.C.; CAVALCANTI, L.C. A política brasileira do comércio exterior e seus efeitos: 1967/73. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.